

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ROSANALIA STHEFANIE NORBERTO DOS SANTOS

EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE: Uma Abordagem Necessária

**JOÃO PESSOA
2016**

ROSANALIA STHEFANIE NORBERTO DOS SANTOS

EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE: Uma Abordagem Necessária

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
com Licenciatura plena em Pedagogia pela
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Orientadora: Prof^a Ms. Maria Deborah Cabral
de Sousa

JOÃO PESSOA
2016

S237e Santos, Rosanalia Sthefanie Norberto dos.

Educação para a sexualidade: uma abordagem necessária /
Rosanalia Sthefanie Norberto dos Santos. – João Pessoa: UFPB,
2016.

39f. ; il.

Orientadora: Maria Deborah Cabral de Sousa
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação para a sexualidade. 2. Formação docente. 3. Escola.
I. Título.

ROSANALIA STHEFANIE NORBERTO DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE: UMA ABORDAGEM
NECESSÁRIA**

APROVADA EM: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

**Prof.^a Ms. Maria Deborah Cabral de Sousa
Orientadora**

Prof.^a Dr. ^a Jeane Felix da Silva

Prof. Dr. Roberto Rondon

JOAO PESSOA

2016

Dedico as mulheres que mais amo, minha Mãe Genilda Dutra que sempre esteve ao eu lado, que lutou e almejou juntamente comigo pela realização deste sonho. E a minha filha Helena que ainda nem nasceu, mas que já faz parte de mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à professora Maria Deborah Cabral de Sousa, por sua paciência na orientação, pela compreensão e amizade, por todos os incentivos que tornarão possíveis a conclusão desta monografia.

A minha mãe e irmã, pela preocupação com meu futuro e por me ensinarem a importância de adquirir conhecimentos ao longo da vida.

Ao meu tio Genilson Dutra e sua esposa Ana Paula que durante os momentos mais conturbados da minha vida me serviram de base emocional, não permitindo que eu desistisse no meio do caminho.

A meu pai que mesmo não sendo mais tão atuante em minha vida atualmente, ainda assim, me deu a base, me ensinou o certo e o errado e sempre será o homem da minha vida.

Quero agradecer de maneira especial ao meu melhor amigo, amor e eterno namorado William Feitosa, um verdadeiro parceiro, que foi sem dúvidas uma peça fundamental para que eu concluísse esse curso.

A minha amiga e irmã de coração Heleny Nunes, por estar a todo instantes comigo, pelo apoio e confiança em mim depositada.

As minhas amigas Ifigênia, Isabelle, Wilma, Leyde, Ana Julia, Cris, Juliana e Assunção. Mas em especial a Soraia que dedicou sua paciência e me ajudou de maneira descomunal em todos os momentos que eu mais precisei.

A todos meus professores e professoras por seus ensinamentos e por me ofertarem momentos únicos de aprendizagem e experiência.

RESUMO

O Presente trabalho teve como objetivo analisar as abordagens teóricas relacionadas a uma Educação para a Sexualidade no âmbito escolar, a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre sexualidade e políticas públicas que regulamentam a educação sexual na escola. Além disso, aponta a necessidade de se trabalhar temas referentes a sexualidade na escola e da formação docente, a partir da problemática levantada na experiência docente, numa escola de João Pessoa, que envolvia cenas cotidianas com estudantes e suas sexualidades dentro da escola. Para isso, autores como Foucault (2009), Figueró (2009), Louro (2008) e Chauí (1984) constituíram o apoio teórico para as discussões sobre sexualidade, desmistificando tabus e preconceitos que envolvem este tema, além de tentar compreender como a Educação para a Sexualidade pode interferir de maneira positiva na formação dos indivíduos, visando a prática educativa. Neste sentido, a sexualidade deve ser caracterizada como um tema dinâmico e estratégico na escola, que propicia uma educação crítica e transformadora.

Palavras-chave: Sexualidade. Educação para a Sexualidade. Formação Docente.

RESUMEN

El presente trabajo ha tenido que analizar tan objetiva como los enfoques teóricos relacionados con una educación para la sexualidad en la escuela, a partir de una investigación bibliográfica y documental sobre las políticas sexuales y públicas que regulan la educación sexual en la escuela. Además, se señala la necesidad de trabajar las cuestiones relacionadas a la sexualidad en la enseñanza escolar y en la formación de profesores, cuya experiencia y participación en las escenas cotidianas con los estudiantes y sus sexualidades, dentro de una escuela de João Pessoa, ha contribuido a la reflexión del problema planteado. Para ello, nos hemos basado en autores como Foucault (2009), Figueró (2009), Louro (2008) y Chauí (1984) han desarrollado o apoyo teórico para discusiones sobre la Sexualidad, desmitificando los tabúes y preconceptos que implican este asunto, e intentamos comprender cómo la educación para la sexualidad puede interferir positivamente en la formación de los individuos, mirando hacia una práctica educativa. En este sentido, la sexualidad debe ser caracterizada como un fenómeno dinámico y estratégico en la escuela, que proporcione una educación crítica y transformadora.

Palabras clave: La sexualidad. Educación para la Sexualidad. Formación de Maestros.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

1	INTRODUÇÃO	10
2	METODOLOGIA DA PESQUISA	15
3	BASE LEGAL QUE SUSTENTA A EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE	17
4	ACERCA DO CONCEITO DE SEXUALIDADE.....	22
4.1	Sexo e Sexualidade	22
5	ORIENTAÇÃO SEXUAL x EDUCAÇÃO SEXUAL	26
5.1	Contextualização da Orientação Sexual e Educação Sexual.....	26
6	EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE: PORQUE UMA ABORDAGEM NECESSARIA?.....	30
6.1	5.1. A importância da Educação para a Sexualidade.....	28
6.2	O papel do/a professor/a na Educação para a Sexualidade	32
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
9	REFERÊNCIAS	38

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Construção da BNCC e Políticas Educacionais	17
Figura 2 - Estrutura dos PCN para ensino fundamental.....	19

1 INTRODUÇÃO

Atualmente a abordagem de educação para a sexualidade vem ocupando significativos espaços dentro e fora da escola, inclusive nos meios de comunicação, tornando-a centro de discussões em diversos espaços sociais, visto que o tema envolve valores e crenças, históricos e socialmente construídas.

A escola é um espaço social e de formação do indivíduo e como tal, traz complexidades ao discutir e vivenciar temas polêmicos e tidos como tabu. Cabe a ela orientar os alunos e esclarecer as dúvidas a esse respeito. Sendo assim, a Educação para a Sexualidade quando utilizada na área educacional, se propõe a organizar um espaço de reflexão e questionamentos sobre, tabus, crenças e valores a respeito da sexualidade.

Para tanto, trabalhar a Educação para a Sexualidade na escola é um processo incessante em constante desenvolvimento, pois muitas questões precisam ser resolvidas, começando pela formação dos professores, na qual já foram sujeitos investimentos de diferentes ordens desde a década de 1990, visando preparar professores/as para lidar com as questões de sexualidade nas escolas, sabendo-se que os/as professores/as vão trabalhar com essa temática e, consequentemente, terão que lidar com dúvidas, perguntas, brincadeiras, preconceitos e etc. Por isso, é necessária uma formação específica e continuada, tratando o tema com postura consciente, tornando a sala de aula um espaço de reflexões sobre valores e preconceitos.

O tema da sexualidade passou a ser mais amplamente discutido na escola nos anos 90 devido a crescente preocupação com o comportamento de jovens e adolescentes. Principalmente com a crescente disseminação da AIDS, gravidez precoce, abusos sexuais e outros casos discriminatórios e preconceituosos. A partir disso, algumas políticas públicas foram criadas através do Ministério da Educação e Cultura (MEC), como a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que incluiu a orientação sexual, sexualidade e identidade de gênero como temas transversais. E logo, foi incorporada às Diretrizes Curriculares Nacionais que visam estabelecer Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC) para a educação.

Atualmente as escolas continuam enfrentando problemas por falta da efetivação de uma política educacional para trabalhar a Sexualidade na escola. Quer sejam problemas da demanda dos estudantes, da formação docente ou do apoio pedagógico institucional.

Pode-se citar como exemplo, a prática educacional vivenciada por mim no período em que trabalhei como intérprete de Libras numa escola pública de tempo integral, de ensino fundamental I e II, que tem cerca de 237 alunos matriculados, situada numa comunidade de classe média baixa, de João Pessoa. Dentre os inúmeros casos vivenciados, serão descritos dois exemplos mais relevantes, os casos recorrentes de gravidez e ato sexual praticado nas dependências da escola.

Nos últimos anos tem sido notório o crescimento de casos de gravidez na adolescência nesta escola entre jovens, com idades de 11 a 16 anos. Elas são surpreendidas com a responsabilidade prematura de serem mães, tratam-se de crianças que antes mesmo de traçarem planos para seu futuro, já devem se preocupar em cuidar, educar e dar suporte a outras crianças.

Outro fato que surpreendeu foi a ocorrência com uma menina de 13 anos que foi flagrada praticando atividade sexual oral, com cerca de mais cinco meninos. Esta prática sexual ocorreu no horário do intervalo em um dos ambientes da escola, pouco ocupado, onde não há supervisão de funcionários. Conforme relatado pela escola, a aluna “praticava sexo oral em um dos meninos, enquanto o seguinte aguardava sua vez na fila”. Após flagrante a aluna foi encaminhada à direção que tomou a decisão radical de expulsão somente da menina.

Nos casos relatados evidencia-se a postura de cunho machista da nossa sociedade refletidos no ambiente escolar, pois trata a gravidez de responsabilidade da menina e a punição no segundo caso ocorreu exclusivamente com a menina envolvida, enquanto que os meninos permaneceram na escola, sem sofrer qualquer advertência.

Além disso, a escola se omitiu de qualquer ação pedagógica que se remetesse a avaliar sua conduta com relação a sua Educação para sexualidade tendo em vista seu cotidiano.

Outro aspecto que vale ressaltar é a postura de alguns docentes frente a esses casos, quando afirmam que “não é necessária uma abordagem acerca de Sexualidade na escola, pois os alunos conhecem mais dos ‘assuntos’ do que os

próprios professores", dessa forma os educadores também tentam se esquivar da responsabilidade de orientar sobre questões tão importantes na formação daqueles indivíduos como a sexualidade.

Por outro lado, percebe-se que o fato desta escola estar situada em área periférica, pode possibilitar que os indivíduos sejam tratados de forma menos comprometida do que se fossem de outra classe social mais favorecida. Obviamente estes casos citados podem também acontecer em classes mais altas da sociedade, porém como as famílias contam com recursos, suportes e infraestruturas, econômicas, sociais e culturais, favorecem uma possível resolução do problema.

Diante disso, surgiu a curiosidade de compreender como a escola pode contribuir de forma pedagógica e preventiva para que essas ocorrências sejam solucionadas da melhor forma possível dentro da escola, sem constrangimento e de forma educativa.

Sendo assim, pergunta-se: Qual a importância de um Educação para a Sexualidade na escola? Como os/as professores/as podem desenvolver metodologias para trabalhar a sexualidade na escola? Como as pesquisas têm evoluído para a compreensão da sexualidade na escola? Qual o papel da Educação para a Sexualidade na formação social do indivíduo?

A partir desta perspectiva, este estudo se propôs a uma pesquisa bibliográfica e documental para compreender a partir dos estudos já realizados e das políticas públicas como uma Educação para Sexualidade pode contribuir para a formação social do individuo e para o cumprimento do papel da escola.

Para tanto, este estudo teve como objetivo geral analisar as abordagens teóricas sobre a Educação para a Sexualidade no ambiente escolar a partir de conceitos sobre a sexualidade e políticas públicas que garantam a inserção desse tema na escola. Especificamente, buscou-se definir e conceituar sexualidade; contextualizar a Educação para a Sexualidade a partir da análise de nomenclaturas; referenciar a importância da abordagem de uma Educação para a Sexualidade no contexto escolar e na formação docente analisar o marco legal das políticas públicas que regulamentam a orientação sexual na escola.

Compreende-se que para discutir sobre a sexualidade é preciso desconstruir algumas concepções culturais, sociais e religiosas. É preciso compreendê-la como natural e pertencente ao ser humano.

A escola como ambiente de socialização de jovens e adolescentes, em fases de desenvolvimento e descobertas sobre as suas sexualidades, é um espaço que requer preparação e formação para lidar com essas questões, proporcionado o desenvolvimento do indivíduo de maneira positiva, sendo função do/a professor/a mediar discussões pertinentes ao tema. Para isso é necessário inicialmente o interesse por parte da equipe pedagógica em ampliar seus conhecimentos, buscar formação e desenvolver metodologias para trabalhar a Educação para a Sexualidade de maneira que os aproximem do mundo e das vivências dos/as seus/suas alunos/as. Além disso, é de suma importância que as políticas públicas sejam efetivadas de forma eficaz.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Optou-se pela pesquisa bibliográfica e documental, pois são a parte essencial para a realização de um trabalho científico. Segundo Amaral (2007) a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa.

Para Lakatos e Marconi (2007) a pesquisa significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos.

A pesquisa de caráter documental utiliza dos documentos de fonte primária, provenientes dos próprios órgãos que realizam as observações. De acordo com Gil (2010), a pesquisa documental utiliza documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação, entre outras.

Enquanto que a pesquisa bibliográfica consiste em fazer o levantamento de todas fontes de conhecimento já publicadas de fontes secundárias, sejam em forma de livros, revistas, publicações, entre outras.

Ambos os métodos de pesquisa têm como objetivo proporcionar ao pesquisador contato com os assuntos que deseja inserir em sua pesquisa.

A pesquisa se deu por meio de conhecimentos acadêmicos, leituras em livros encontrados na biblioteca e/ou acessados pela internet, vídeos, entre outro. Para tanto, foram selecionadas referências bibliográficas que contemplam a visão de uma Educação para a Sexualidade comprometida com a superação de preconceitos e tabus. Dentre as referências pode-se citar: Foucault (2009), Louro (2008), Chauí (1984), Figueró (2009), entre outros.

Sobre a sexualidade Foucault (2009) destaca-se ao esclarecer as relações de poder existente entre a sociedade e as questões sexuais. Figueiró (2009) desconstroeu as ideias de que a sexualidade estaria ligada meramente a reprodução,

Na pesquisa documental tomou-se como ponto de partida a Constituição Federal (CF), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para

compreender como as políticas educacionais asseguram a temática da sexualidade e conhecer o modelo que deve ser aplicado nas escolas.

Para compreender a Educação para a Sexualidade teve como ponto de partida os PCN, por ser a primeira proposta lançada visando a importância da temática na escola e sugerindo ações para serem praticadas na escola.

Estas fontes bibliográficas e documentais contribuíram para uma visão analítica de compreensão acerca do tema da Sexualidade, observando de maneira particular sua abordagem na escola através da Educação para a Sexualidade. Com isso, analisou-se a dimensão da sexualidade, assim como a relevância de lidar com a mesma, refletindo sobre a importância do papel social, político e humano da escola ao introduzir esta temática em seu currículo.

3 BASE LEGAL QUE SUSTENTA A EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é uma exigência colocada para o sistema educacional brasileiro, tem a finalidade de orientar os sistemas para uma elaboração ativa de suas propostas curriculares. A BNCC trata-se de um documento/proposta política que encontra-se em plena construção. Espera-se que a BNCC seja um documento normativo, funcionando como referência para que as escolas e os diferentes sistemas de ensino elaborem seus currículos. Para isso a BNCC necessita de um trabalho em conjunto com outras políticas e ações, sejam elas federais, estaduais ou municipais, possibilitando a efetivação de seus objetivos.

Assim, o objetivo da BNCC é o de apontar aquilo que todo o estudante brasileiro precisa aprender desde a educação infantil até o ensino médio. Para a BNCC (2016) "A educação, compreendida como direito humano, individual e coletivo, habilita para o exercício de outros direitos, e capacita ao pleno exercício da cidadania.".

A Constituição Federal é a lei mais importante do país, compreendendo que todas as outras leis devem ser organizadas a partir dela. Como pode ser observado o gráfico abaixo:

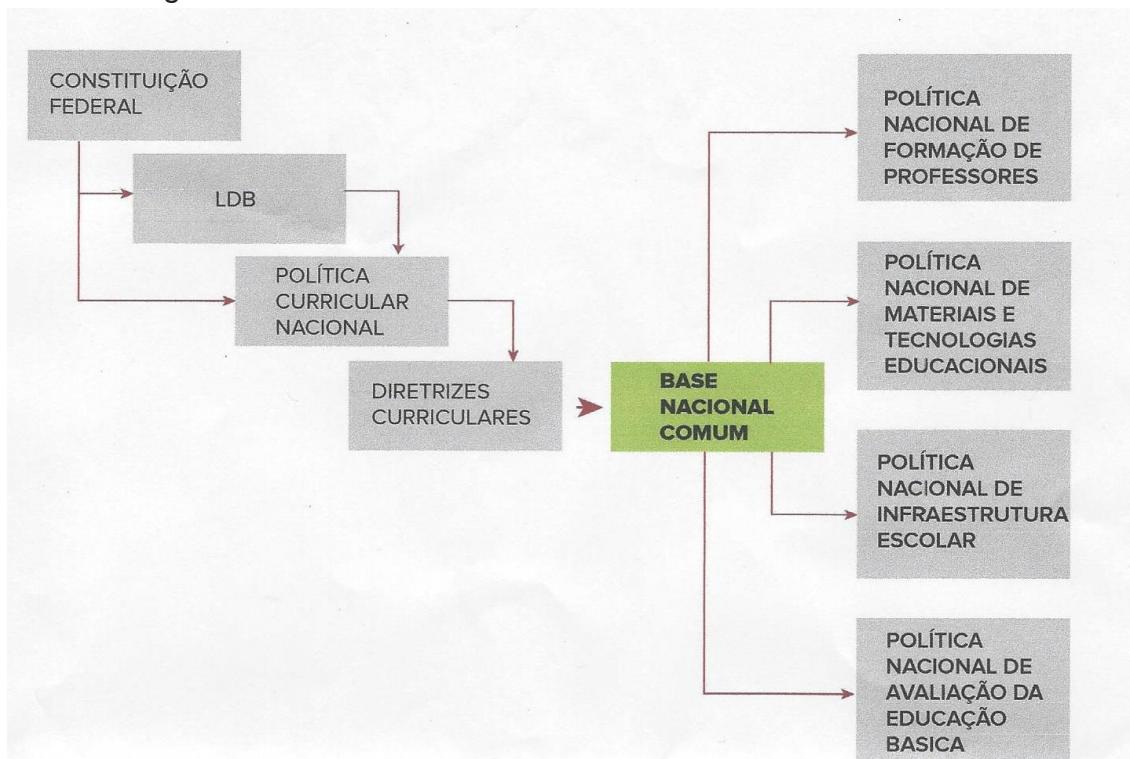


Figura 1 - Construção BNCC e Políticas Educacionais.

Extraído de: BNCC, 2016.

Na figura acima pode-se perceber como Constituição Federal teve papel fundamental para a Base Comum Curricular, por tratar-se de um documento em que estão inseridos um conjunto de regras, que tem por objetivo organizar a vida de uma sociedade lhes garantindo direitos e determinados deveres a serem cumpridos.

Em nosso país ela passou a ser instituída no ano de 1988, proporcionando a garantia de direitos iguais a todas as pessoas sem diferenças de classe, religião, cor, etnia, identidade de gênero, orientação sexual, ou seja, uma constituição cidadã que respeita todas as diferenças do povo brasileiro.

De acordo com Constituição Federal (1988) art. 1º o Estado Democrático de Direito, unido de forma indissolúvel aos Estados, Municípios e Distrito Federal, tem como fundamentos “a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político”.

Para garantir todas estas questões citadas anteriormente a Constituição Federal de 1988 em seu art. 210 assegura que serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Alguns anos depois a BNCC foi prescrita na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, que é a lei geral da educação. Ela é responsável por ditar as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional. Segundo seu art. 26., referente aos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

A Educação se constituiu como dever do Estado e direito de todas as crianças, desde o nascimento, a partir da Constituição Federal (1988) e sua inclusão nos sistemas de ensino, como primeira etapa da Educação Básica, foi normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Lei de Diretrizes e Bases (1996), estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu art. 1º entende que a “educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no

trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Com isso, ela passa a ser discutida em diversos âmbitos sociais e incorporada ao Plano Nacional da Educação (PNE), que determina as diretrizes, as metas e as estratégias para serem inseridas na política educacional, promovendo a garantia das oportunidades educacionais.

O Ministério da Educação trabalha de forma articulada com o PNE, direcionando seu trabalho aquilo que é orientado pelo PNE. Como foi o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que foram elaborados para difundir o currículo e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias. Eles traçam um novo perfil para o currículo escolar e incentivam os professores a contextualizarem de maneira interdisciplinar, com os conteúdos transversais.

ESTRUTURA DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

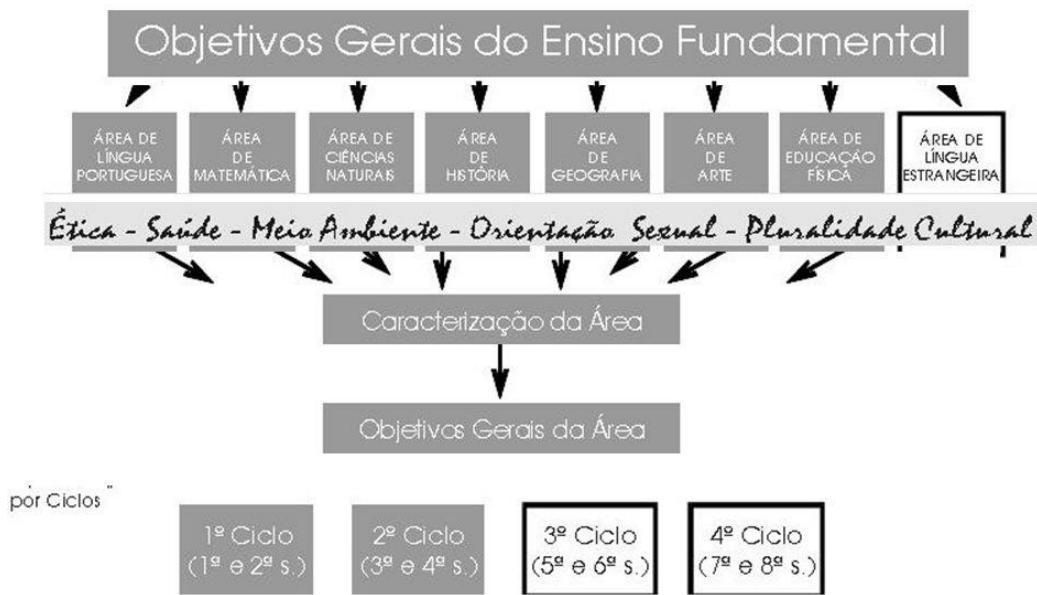


Figura 2 - Estrutura dos PCN para ensino fundamental

Na figura acima pode se observar a estrutura dos PCN e como a Orientação Sexual era prevista neste modelo de organização. Atualmente os PCN estão em desuso, porém vale citar como proposta inicial oferecida pelo MEC para inserir a orientação sexual como temas transversais na educação. A partir dele serão discutidas as questões sociais no currículo escolar, construindo novas idéias e

buscando soluções didáticas para solucionar as dificuldades existentes em nossa sociedade. Segundo os PCN (1998):

A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros. (PCN, 1998, p. 38)

Os PCN foi elaborado visando a qualificação do ensino fundamental de nosso país, alguns anos depois ocorreu a Conferencia Nacional de Educação (Conae) evento que visava discutir a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) e sua articulação no sistema nacional de educação, o resultado final do Conae foi um documento que contribuirá para a construção de politicas para a educação nacional, que de maneira articulada irão garantir a efetivação do direito social à educação, como qualidade para todos.

Esse documento é a Base Nacional Comum da Educação que pretende assegurar que todo/a estudante brasileiro/a, em todas as regiões do país, tenham a garantia do acesso à aprendizagem de conhecimentos fundamentais, promovendo equidade e maior coerência em todo o sistema educacional.

Nela é garantido aos/as alunos/as direitos a aprendizagem e ao desenvolvimento que se afirmam em relação aos princípios éticos, De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2016, p. 34) crianças, jovens e adultos tem direito,

ao respeito e ao acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer;

A BNCC (2016) defende a ampliação dos conhecimentos conceituais, defendendo a importância de que os/as jovens sejam bem informados, para que saibam se posicionar e tomar decisões acerca das questões que surgem no mundo atual. Garantem os conhecimentos referentes as diversas áreas, traçando

objetivos e métodos próprios para cada disciplina, dentre eles, a sexualidade ampliando a sua inserção no currículo das escolas, aproximando os/as jovens de forma adequada acerca dessas discussões.

4 ACERCA DO CONCEITO DE SEXUALIDADE

Este capítulo está dividido em dois momentos, no primeiro apresenta os diferentes conceitos históricos da sexualidade. No segundo momento discutido e esclarecido a diferenciação dos termos sexo e sexualidade.

4.1 Sexo e sexualidade

Dificilmente irá se encontrar um significado único para o termo sexualidade, sua definição está além do nosso corpo, para uma compreensão mais profunda da sexualidade humana é preciso definir a sua constituição, o seu “ser”.

Figueiró (2009) declara que para se compreender a Sexualidade é necessário ter clareza sobre a diferença do sexo e da sexualidade. O primeiro está relacionado diretamente ao ato sexual e à satisfação da necessidade biológica de obter prazer sexual, necessidade essa que todo ser humano traz consigo desde que nasce. Sexualidade, por sua vez, inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo do bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade.

Conforme o dicionário Kury (2010) sexo é a diferença física ou conformação especial que distingue o macho da fêmea, os órgãos genitais externos, ou seja, é o conjunto de características fisiológicas. Para Jesus (2008, p. 34):

O sexo genético estabelecido na fecundação determinará a ação dos hormônios que promoverão a diferenciação e o desenvolvimento da genitália, tanto interna quanto externamente, bem como as características sexuais secundárias (pelos pubianos, barba ou mama, entre outras). Podemos afirmar então que nenhum/a de nós nasce de fato homem ou mulher, mas que, estritamente do ponto de vista da biologia, somos machos ou fêmeas. E nisso somos semelhantes às plantas e aos animais.

Assim sendo, o sexo é uma expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), enquanto a sexualidade é entendida de forma bem mais ampla.

Para Chauí (1984), “a sexualidade é polimorfa, polivalente, ultrapassa a necessidade fisiológica e tem a ver com a simbolização do desejo. Não se reduz aos órgãos genitais”. A sexualidade é algo desenvolvido pelo ser humano e permeia todas as fases de sua existência, ela é a própria vida.

A sexualidade é um fenômeno amplo que se constrói, é a parte integrante do desenvolvimento da personalidade, onde tudo é relativo e se manifesta de maneira intrínseca. Na adolescência as experiências com a sexualidade acontecem de forma intensa, inclusive decorrente da mudança no corpo físico, hormonal e nas relações sociais.

Em relação à puberdade, as mudanças físicas incluem alterações hormonais que, muitas vezes, provocam estados de excitação difíceis de controlar, intensifica-se a atividade masturbatória e instala-se a genitalidade. É a fase de novas descobertas e novas experimentações, podendo ocorrer as explorações da atração e das fantasias sexuais com pessoas do mesmo sexo e do outro sexo. A experimentação dos vínculos tem relação com a rapidez e a intensidade da formação e da separação de pares amorosos entre os adolescentes. (PCN, 1997, p. 296)

Por isso, durante a adolescência a sexualidade torna-se mais evidente, segundo Zimerman (1997) a etimologia da palavra adolescência é composta pelos prefixos latinos *ad* (para frente) e *dolescere* (crescer com dores), possibilitando a compreensão deste período confuso, caracterizado pelo conjunto de transformações psicofisiológicas, onde surgem as primeiras descobertas sexuais.

Na adolescência o sujeito manifesta suas características sexuais, através do desenvolvimento de sua maturação, iniciando a preparação para vida sexual, é uma fase típica do desenvolvimento humano, porém não é reconhecida ou não recebe grande destaque em todas as culturas e sociedades.

Cada sociedade tem sua forma diferenciada de conceber esta etapa da vida. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) a adolescência é o período compreendido entre 10 e 19 anos de idade. No caso brasileiro desde a Constituição Federal de 1988 os adolescentes passaram a ter prioridade sendo considerados legalmente como sujeitos de direitos em fase de desenvolvimento. Em 1990 foi aprovado sob a Lei 8.069/90 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmando os seus direitos formalmente. De acordo com este documento, adolescente é a pessoa que tem entre 12 e 18 anos de idade.

A humanidade tem atribuído conceitos para explicar a sexualidade, através de contextos históricos, biológicos e culturais vivenciados em diferentes períodos. Esses diferentes conceitos funcionam como norteadores nas relações, bem como afirma Foucault (2009), “a sexualidade é uma interação social, uma vez

que constitui historicamente a partir de múltiplos discursos sobre sexo, discursos que regulam, que normatizam e instauram saberes que produzem verdades”.

O ser humano vive em um ambiente “sexualizado” e os discursos sobre a sexualidade tecem todos os domínios da vida cotidiana, ainda para Foucault (2009) a sexualidade é compreendida como sendo um produto das relações de poder existentes entre homem e mulher, pais e filhos, professores e alunos etc.

Jesus (2008) concorda que em função de nossa natureza biológica, nascemos “machos” ou “fêmeas”, o que é simbolizado pelo fato de chegarmos ao mundo com uma vagina ou um pênis.

O diálogo acerca do sexo, precisam se expandir, ser posto em evidência. Para Foucault (2009), a liberdade de se expressar sexualmente pode demorar a se manifestar, por meio de algum tipo de repressão ou por respeito ao poder reprimido.

O sexo não se julga, apenas administra-se, isto é, o sexo é uma historicidade, que foi modificando-se com o passar dos séculos, e não nos cabe julgá-lo, apenas administrá-lo, educá-lo perante a nossa sociedade capitalista (FOUCAULT, 2009, p. 10).

Durante muito tempo vigorou a crença de que a sexualidade de homens e mulheres já estava totalmente programada antes mesmo do nascimento, entretanto a partir da década de 1960, com a revolução sexual houve uma reviravolta de costumes, com a descoberta da pílula anticoncepcional, já é possível praticar sexo sem engravidar.

A partir surgiram novas discussões, dentre elas a busca da compreensão da identidade de gênero e da diversidade sexual. Que determinam um processo complexo de cada pessoa.

A identidade de gênero se estabelece a partir de um processo dinâmico e complexo, que envolve aspectos genéticos, culturais e sociais, no qual as pessoas passam a se identificar com o masculino ou o feminino, não importando o seu sexo biológico. Uma pessoa nascida com o sexo masculino ou feminino pode formar uma identidade feminina ou masculina. (JESUS, 2008, p.17).

A identidade de gênero é, portanto, a maneira do indivíduo se sentir e se apresentar para si e para os outros, sem possuir qualquer conexão com o sexo biológico.

Com isso, muda-se o pensamento de que a sexualidade estaria meramente ligada a reprodução sexual. Cruz (2010) define que o conceito de sexualidade é muito mais amplo do que reprodução, é como uma dimensão da vivência humana que sofre grandes alterações ao longo dos anos. É fonte de comunicação, troca de afeto e de prazer é forma de expressão da afetividade.

Sexualidade é uma característica geral experimentada por todo o ser humano e não necessita de relação exacerbada com o sexo, uma vez que se define pela busca de prazeres, sendo estes não apenas os explicitamente sexuais.

5 ORIENTAÇÃO SEXUAL X EDUCAÇÃO SEXUAL

Este capítulo traz uma contextualização acerca das nomenclaturas Orientação e Educação, ambos os termos são utilizados atualmente para se especificar as abordagens da temática sexualidade em sala de aula, porém comprehende-se o significado mais amplo dessas expressões orientação/educação sexual.

5.1 Contextualização da orientação sexual e educação sexual

No Brasil, a inserção da educação sexual na escola operou-se nos anos 20 e 30, a partir de um deslocamento no campo discursivo sobre a sexualidade de crianças e adolescentes, os problemas de “desvios sexuais” deixam de ser percebidos como crime para serem concebidos como doenças. A escola passa a ser tida como um espaço de intervenção preventiva, transmitindo a importância da higiene, devendo cuidar da sexualidade de crianças e adolescentes a fim de produzir comportamentos “normais”.

Altmann (2001) esclarece que a educação sexual não surge na escola a partir dos PCNs. Todavia, este tema é inserido na escola dentro de um contexto histórico e demandas atuais, sendo reinscrito como orientação sexual na escola, este que por sua vez trabalha a temática da sexualidade de maneira mais aberta e flexível.

Leôncio (2013) considera a educação sexual informal realizada no meio familiar, que reproduz nos jovens os padrões, valores morais e éticos dominantes na sociedade. A educação sexual, consiste num processo de socialização em que as pessoas transmitem a cultura sexual às novas gerações com o objetivo de integrá-las ao contexto cultural de seu grupo.

Para Vitiello (1997) a Orientação Sexual implica em um mecanismo mais elaborado segundo o qual, baseando-se na experiência e nos seus conhecimentos, o orientador ajuda a analisar diferentes opções, tornando os indivíduos aptos a descobrir novos caminhos.

A orientação sexual dentro dos PCN aborda três eixos fundamentais que auxiliam na intervenção dos professores: O corpo como matriz da sexualidade,

propiciando o conhecimento e o respeito ao próprio corpo; as discussões sobre gênero e o trabalho de prevenção as doenças.

É importante ressaltar que cabe à família viabilizar o conhecimento acerca do tema sexualidade aos seus filhos, por meio de informações adequadas, permeadas pelo diálogo; contudo, não é o que se verifica na maioria das famílias, às vezes o assunto não é tratado em casa, nem na escola e as crianças e adolescentes tomam conhecimento da sexualidade de forma irresponsável.

Partindo desse pressuposto comprehende-se que a Família está envolvida neste processo desde a concepção e deve iniciar o processo de educação sexual desde o nascimento da criança. Sendo, então, de responsabilidade primária da família o processo de educação sexual, devendo depois ser articulado com a escola e assessorado por esta, já que por ter a função de formadora, a escola deveria saber como continuar esta educação sexual da forma a desenvolver um indivíduo saudável.

Através de estudos acerca da conceituação das terminologias adotadas no espaço acadêmico Figueiró (1996) define os termos educação/orientação sexual como sinônimos na construção de uma linguagem comum de conceitos teóricos.

O termo usado, não interfere se é educação ou orientação sexual, para Jesus (2008) independente do termo usado, educação ou orientação sexual, a ação poderá ser a mesma, caso a postura do educador e seus objetivos sejam os mesmos, ou seja, se a pessoa for vista como sujeito, livre para pensar, sentir e agir frente aos novos conhecimentos, durante as ações educativas.

Sabe-se também que atualmente o termo Orientação Sexual é utilizado também para especificar o sentimento de atração afetiva ou sexual que pode existir entre uma ou várias pessoas, podendo este sentimento ser expressado pelo sexo oposto, pelo mesmo sexo ou por ambos os sexos.

Porém neste trabalho preferiu-se a utilização do termo Educação para a Sexualidade por conter uma série de requisitos que garantem de maneira clara e objetiva a inserção da temática de sexualidade nas escolas, proporcionando aos/as alunos/alunas um conjunto de informações referentes a cada indivíduo, reconhecendo as diferenças e propondo discussões livres, ou seja, um processo espontâneo que reproduz valores e respeito a sexualidade.

6 EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE: PORQUE UMA ABORDAGEM NECESSARIA?

Este capítulo trata de forma geral de uma análise sobre a importância do processo de inserção de uma Educação para a Sexualidade nas escolas brasileiras e de se trabalhar o tema da Sexualidade no contexto escolar, ressaltando o papel da escola e a importância da capacitação e formação docente.

6.1 A importância da Educação para a Sexualidade na escola

A Educação para a Sexualidade no Brasil surge através do combate à masturbação e as doenças venéreas. Em 1928 a aprovação da proposta de educação sexual nas escolas pelo Congresso Nacional foi significativa, porém com a interferência da Igreja, sua efetivação não foi possível.

Segundo Souza (2002), nos primeiros anos da década de 1960, antes da ditadura militar, o Brasil vivia um clima de renovação pedagógica e foi justamente nesse período que o tema da Educação para a Sexualidade retornou para o discurso pedagógico.

Logo mais com o aparecimento da ditadura militar se iniciou um regime de controle de mobilização dos costumes, a educação sexual foi de fato banida, se extinguindo discussões pedagógicas sobre sexualidade nas escolas. Todavia, entre as décadas de 1970 e 1980 através de lutas contra a ditadura, pela redemocratização do país e os movimentos sobre os direitos das mulheres, conseguiram burlar o controle e a educação sexual foi tomada como um dos marcos educacionais.

Foucault (2009) ressalta que a educação do sexo sempre esteve presente nas escolas brasileiras, ora “proibida” e “ameaçada”, como no período da ditadura militar brasileira, ora nomeada nos currículos e diretrizes curriculares.

Após todas essas lutas e transformações sofridas em nossa sociedade, atualmente a Educação para a Sexualidade nas escolas é considerada um processo educativo onde os conhecimentos e experiências referentes a temas de sexualidade, são transmitidos formalmente. Maio (2012) diz que a escola possui a função social e que é um espaço privilegiado para a apresentação dos saberes universais. Na

escola ocorre cotidianamente cenas, eventos, gestos, palavras, conversas, referentes à sexualidade em todos os níveis educativos. A sexualidade é algo inerente à saúde e a vida, que se expressa desde muito cedo no ser humano.

No cotidiano da sala de aula surgem frequentemente questões relacionadas sobre sexualidade, nesse sentido, cabe a escola ofertar um espaço em que possam ser esclarecidas suas dúvidas e desmistificar os tabus que envolvem o tema da sexualidade.

A escola deve informar e discutir os diferentes tabus e preconceitos, desconstruindo as crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando levar o aprimoramento das concepções de sexualidade.

A sexualidade é um dos temas mais abordados em nosso meio social, para Pinto (1999), no período atual não se faz mais sentido lidar com sexualidade de forma velada; "se queremos um mundo mais maduro e esclarecido, não se pode dar preferência ao implícito em detrimento da explicitação das questões relativas à sexualidade".

A escola é um ambiente social, rodeado por questões polêmicas e atuais. Seu principal propósito deve ser o de orientar e esclarecer as dúvidas, de maneira natural e imparcial. Não é função da escola ditar regras e tão pouco interferir na atitude de seus alunos.

Abordar a educação sexual na escola para Figueiró (2004, p. 38 apud MAIO 2012, p. 216) ainda é um processo difícil e que ocupa:

Posição marginal na qual esteve e ainda está colocada a educação sexual, e tem sido caracterizada por diversas formas: 1) Não é considerada uma questão prioritária na educação escolar; 2) Não é colocada em prática na maioria das escolas brasileiras; 3) É praticada em um número restrito de escolas, por iniciativa de alguns professores isoladamente; 4) É praticada em algumas escolas de rede pública, por iniciativa, principalmente, de órgãos oficiais da educação ou da saúde, as quais, depois de um pequeno número de anos, interrompem o apoio efetivo; 5) É criticada por uma parcela pequena, porém efetivamente significativa de professores e elementos da comunidade como um trabalho não da escola, mas da família.

Educar sexualmente significa oferecer aos diferentes indivíduos condições para conhecerem e assumirem sua sexualidade e seu corpo de maneira positiva, livres de preconceitos, culpas, vergonha e medo. Atualmente são vistos casos frequentes de dominação da heteronormatividade, esse tipo de conduta pode

causar sérios danos emocionais a vida dos/as alunos/as não heterossexuais. O discurso promove a humilhação e a violência.

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa” cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com os sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade”. (LOURO, 2010, p.29).

Segundo Gonçalves (2010), em nossa sociedade, a sexualidade não tem sido explorada e/ou dialogada de modo que as pessoas sejam educadas a conhecê-la e aprender que o seu exercício não é feio e pecaminoso, culminando, nesse sentido, em uma deseducação sexual.

Conforme Rangé (2001), a falta de informação sexual, as distorções dos ensinamentos (seja por preceitos religiosos ou sociais) ou a estimulação excessiva podem determinar os mais variados distúrbios na atividade sexual. A ausência do dialogo sobre o assunto desencadeia em uma situação de risco para o individuo, como uma gravidez indesejada, contagio por doenças sexualmente transmissíveis, traumas emocionais e psicológicos que são resultado de experiências sexuais frustrantes.

Corresponde a família e a escola a responsabilidade pela formação do indivíduo, cabe a ambos possibilitar uma educação emancipatória e sadia, promovendo a autonomia, o desenvolvimento crítico em entender seu próprio comportamento e o do outro, ressaltando a valorização da vida e o respeito mutuo aos demais.

É importante que a Educação para a Sexualidade se inicie em casa e tenha sua continuidade na escola, pois é na escola onde serão repassadas as informações reais e condizentes com o cotidiano. De acordo com PCN (1998), a escola possibilita discussões de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros.

Caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias. A única exceção refere-se às situações em que haja violação dos direitos das crianças e dos jovens. Nesses casos específicos, cabe à escola posicionar-se a fim de garantir a integridade básica de seus alunos — por exemplo, as situações de violência sexual contra crianças por parte de familiares devem ser comunicadas ao Conselho Tutelar (que poderá manter o anonimato do denunciante) ou autoridade correspondente. (PCN, 1998, p. 305).

Para Figueró (2009) o contexto escolar desempenha um papel importante na orientação dos/as estudantes, porém, existem instituições que reprimem certos comportamentos dos jovens e que nem sempre os/as educadores/as enfrentam com serenidade e com tato necessário, brincadeiras e comportamentos de ordem sexual.

A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. (PCN, 1998, p. 34)

Segundo Foucault (2009) o final do século XVIII foi marcado com o nascimento de novas tecnologias do sexo, com isso, o sexo deixou de ser uma questão leiga, por meio da pedagogia, da medicina e da economia, passou a fazer parte do Estado. Naquele período a sexualidade se desenvolvia ao longo de três eixos, dentre eles o da pedagogia, tendo como objetivo a sexualidade da criança; o da medicina, com a fisiologia das mulheres e, por fim, a demografia, com o objetivo da regulação espontânea ou planejada dos nascimentos.

A escola sofre mudanças de acordo com os momentos históricos. As constantes mudanças sociais ocorridas no mundo indicam que a escola deve contemplar as exigências impostas pelas novas demandas da sociedade. Atualmente, as escolas vivenciam diversas transformações e desafios que pedem práticas educativas inovadoras e um trabalho coletivo.

O tema da Educação Sexualidade é abrangente que acompanha os diferentes contextos históricos, ela nos remete a busca de diferentes perspectivas, além de auxiliar na construção de ideias acerca da questão sexual. Assim inserir a Educação para a Sexualidade na escola é importante para sanar todos os problemas já citados anteriormente que o/a aluno/a adquire devido a falta de informação, ocasionando a desmistificação de tabus de maneira responsável, possibilitando o conhecimento de seu próprio corpo, gozar de sua sexualidade e respeitar a sexualidade do outro respeitando as diferenças.

6.2 O papel do/a professor/a na Educação para a Sexualidade

O MEC cria os Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual no ano de 1997, visando auxiliar os/as educadores/as para uma educação sexual nas escolas, capaz de instruir crianças e jovens sobre os sentimentos e as reações do corpo, dando-lhes condições para obter uma vida adulta saudável e satisfatória.

Discutir a temática de sexualidade nas escolas gera ainda um certo receio por parte dos educadores, percebeu-se que a maioria das práticas escolares foca nas questões técnicas, abordando temas relacionados a assuntos biológicos e reprodutivos. Segundo Abramovay (2004), “A conversa informal é uma das medidas adotadas por algumas escolas, em outras, sexualidade é tema principalmente tratado nas aulas de ciências, associando-se essa pulsão à constituição do corpo humano”.

Para Figueró (2009) os professores seriam as pessoas mais indicadas para tratar desses assuntos, por terem mais facilidade de propor debates e diálogos, permitindo que os exponham seus sentimentos, dúvidas e ansiedades. Mais do que falar sobre sexualidade, o foco da Educação para a Sexualidade quando inserida na escola deve ser de discutir e interagir os diferentes saberes, abordar questões relacionadas ao tema, diferenciando-se da educação oferecida pela família, pois possibilita uma visão crítica, sem a imposição de determinados valores, preconceitos, informações erradas e tabus.

A educação sexual quando ministrada nas escolas possibilita aos alunos desenvolverem atitudes coerentes, conhecerem sua própria sexualidade e eleger valores através de seu próprio entendimento. Formando indivíduos críticos e conhecedores de sua sexualidade.

Para se inserir a educação sexual nas escolas, precisará de cautela e muita segurança, pois é um assunto difícil, delicado e polêmico. É um processo que ainda está em luta, começando pela formação dos professores que vão trabalhar com esta temática, que terão que lidar com dúvidas, preconceitos, brincadeiras e questionamentos. Maio (2012) afirma que, para se trabalhar a orientação sexual no ambiente escolar de maneira satisfatória ainda terá que se percorrer um longo caminho para que se faça presente um projeto pedagógico coerente e adequado.

Os professores também precisam estar atentos às diferentes formas de expressão dos alunos. Muitas vezes a repetição de brincadeiras, paródias de músicas ou apelidos alusivos à sexualidade podem significar uma necessidade não verbalizada de discussão e de compreensão de algum tema. Deve-se então satisfazer a essa necessidade. (PCN, 1997, p.303)

No trabalho com crianças, é pertinente os conteúdos favorecerem a compreensão de que o ato sexual é uma manifestação relacionada à sexualidade de jovens e de adultos, não de crianças. Normalmente jogos sexuais infantis têm caráter exploratório, de autoconhecimento.

Os Parâmetro Curriculares Nacionais (1997, p. 303) ressaltam que:

Com relação às brincadeiras a dois ou em grupo que remetam à sexualidade, é importante que o professor afirme como princípios a necessidade do consentimento e a aprovação sem constrangimento por parte dos envolvidos. Para a prevenção do abuso sexual, é igualmente importante o esclarecimento de que essas brincadeiras em grupo ou a dois são prejudiciais quando envolvem crianças ou jovens de idades muito diferentes, ou quando são realizadas entre adultos e crianças. Além disso, os alunos devem saber que podem procurar ajuda de um adulto de sua confiança, no caso de serem envolvidos em situação de abuso.

No processo educacional o/a professor/a permite a busca de conhecimento do/a aluno/a e entrega os seus conhecimentos, permitindo simbolizar, guardar, mostrar e ressignificar seus conhecimentos. Juntos eles constroem a aprendizagem. E para que esta aprendizagem ocorra o/a professor/a deve ter algumas características, tais como: ser bem informado, respeitar o/a aluno, transmitir confiança, ser aberto ao diálogo, entre outros.

O processo de orientação sexual deve estar inserido na escola, e realizada por docentes, esses profissionais devem ser dinâmicos, multiculturais e reflexivos. É necessária sua constante busca pelo saber, para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas e a aquisição de novos conceitos, não é permitido ao professor emitir opiniões pessoais.

Os professores (e as demais pessoas), mesmo sem perceber, transmitem valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, inclusive na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. Por exemplo, se um professor disser que uma relação sexual é apenas a que acontece entre um homem e uma mulher após o casamento para ter filhos, estará afirmando valores específicos: sexo heterossexual após o casamento, com o objetivo da procriação. (PCN, 1998, p. 302).

De acordo como os PCN (1998), os professores precisam desenvolver-se como profissionais e como sujeitos críticos na realidade em que estão, isto é, precisam poder situar-se como educadores e cidadãos, e, como tais, participantes do processo de construção da cidadania, de reconhecimento de seus direitos e deveres, de valorização profissional.

O professor não pode abordar a orientação sexual de forma aleatória, sem um objetivo educacional. Independente da área de formação deve contribuir para que suas abordagens sejam positivas no que se refere ao desenvolvimento da sexualidade de seu alunado. Para Suplicy (1999), o objetivo da educação sexual na escola consiste em colocar professores com um preparo adequado para ajudar os educandos a superarem suas dúvidas, ansiedades e angústias em relação à temática.

A sexualidade envolve pessoas e, consequentemente, sentimentos, que precisam ser percebidos e respeitados. Quando bem estruturada e planejada, a orientação sexual na escola desencadeia para uma formação equilibrada e sadia dos/as alunos/as em relação a sua própria sexualidade, formando sujeitos competentes e capazes de solucionar seus conflitos individuais.

Dessa maneira, o processo de Educação para a Sexualidade dentro da escola, é uma estratégia de ensino e aprendizagem que tem por objetivo vincular a teoria e a prática, provocando a necessidade de desenvolver um trabalho em conjunto com o educando e o educador/a, incluindo a temática da sexualidade como um caminho para a formação da cidadania.

Silva (2004) defende que deve-se fazer críticas de que estabelecido buscando novas compreensões. Só assim os/as educadores/as serão capazes de proporcionar uma educação globalizante e que emancipe os indivíduos. Estimulando-os a fazerem uma reflexão em torno de sua própria sexualidade para que tenham autonomia para efetuarem suas escolhas.

A impressão é que os adolescentes, ainda não bem seguros na vivência de sua própria sexualidade, costumam confundir ou não ter bem diferenciado o que é desejo sexual, prazer, fertilidade e prevenção. As sensações até então desconhecidas e o pouco espaço propiciado aos jovens para discutir abertamente as questões ligadas à sexualidade, facilitam para que encontrem no plano imaginário a saída para as dificuldades com que se defrontam. (FERREIRA, 2000 apud SILVA, 2004, p.15).

Os PCN (1998), afirmam que as manifestações sobre a sexualidade surgem em todas as faixas etárias; ignorar, ocultar ou reprimir são as respostas mais habituais dadas pelos profissionais da escola e tais práticas se fundamentam no conceito de que o tema deva ser tratado exclusivamente pela família. De fato, cabe à família realizar a educação sexual dos/as filhos/as, por meio de informações adequadas, permeadas pelo diálogo; contudo, não é o que se verifica na maioria das famílias; o assunto não é tratado em casa, nem na escola e as crianças e adolescentes tomam conhecimento da sexualidade de forma deturpada e irresponsável. Dessa forma, o trabalho o profissional da educação deve ser ético e isento de preconceitos.

É necessário considerar a totalidade das relações, com o propósito de compreender a realidade social entendendo seus significados, os atos, as expressões das pessoas. O/a professor/a deve estar sempre atento aos acontecimentos cotidianos, buscando sempre se atualizar para acompanhar a evolução da sociedade. Desta forma poderá desenvolver projetos políticos e intervir na realidade social de forma efetiva.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sexualidade é um tema que cada vez mais faz parte do diálogo entre os/as jovens de diferentes faixas etárias, a falta de informação e o desconhecimento da sexualidade fazem com que experiências sexuais prematuras favoreçam a aquisição de DST's, gravidez precoce e inesperada, danos emocionais, evasão escolar, entre outros problemas.

Atualmente são frequentes os casos abordados através da mídia, de homofobia, violência contra a mulher, estupros, entre tantos outros. Mas esse ano o caso de um estupro coletivo foi vinculado nos diferentes meios de comunicação, o fato ocorrido na zona oeste do Rio de Janeiro, em que cerca de 30 homens jovens violentaram uma jovem trouxe à tona a naturalização da violência contra as mulheres existente em nosso país, evidenciando e fortalecendo uma “cultura do estupro”. Afinal uma notícia como essa deveria provocar total indignação por parte da população, mas ao invés disso, nos deparamos com uma enxurrada de “justificativas” machistas para um crime de caráter hediondo como esse, naturalizando um comportamento de poder e dominação do homem sobre a mulher. Um ato que ameaça a segurança de todas as mulheres e que nos desencoraja a acreditar no bem-estar social e na garantia ao respeito pelo corpo e sexualidade do/a outro/a.

As atitudes citadas acima são reflexo de uma sociedade machista, em que se omite e atribui a culpa na vítima ao invés de acusar o/a verdadeiro/a autor/a do crime, essa realidade é semelhante as que foram praticadas pela escola nos exemplos ilustrativos trazidos na problemática deste estudo. Nos dois casos são nítidos a omissão por parte da sociedade, a exclusão ou invés da orientação e a tentativa de deturpar a verdade.

Todos esses casos são reflexos da falta de uma Educação para a Sexualidade, os pais nem sempre conversam com os/as filhos/as e a escola que trata-se de uma espaço privilegiado na implantação de ações que promovam a preparação de uma vivência democrática, proporcionando o entendimento e o respeito acerca das diversidades, fornece poucas informações. A Educação para a Sexualidade contribui para uma vivência mais informada, mais gratificante da sexualidade, mais autónoma e, portanto, mais responsável e livre.

Com isso a prática de uma Educação para a Sexualidade torna-se cada vez mais relevante no campo educacional. A escola deve refletir sobre o poder que possui na formação dos indivíduos cabe a ela oportunizar um espaço onde se possa desabafar, expor e discutir suas suas problemas, dúvidas e anseios. A falta de uma Educação para Sexualidade vem causando sérios problemas educacionais e sociais.

Diante disso, o/a professor/a precisa estar comprometido com uma Educação Sexual, precisa estar preparado/a para responder aos questionamentos e dúvidas que seus/suas alunos/as propuserem durante a aula, não deve omitir-se, pois as soluções desses questionamentos são fundamentais para o bem-estar deles/as.

Cabe ao/a professor/a apropriar-se de informações corretas e esclarecidas propiciando didáticas que ocasionem em um bom trabalho da educação sexual, desmistificando tabus e crendices, formando indivíduos críticos/as, reflexivos/as e capazes de tomar decisões seguras e conscientes, respeitando não somente sua sexualidade, mas também a do/a outro/a reconhecendo as diferenças e direitos de todos/as.

A Educação para a Sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica da pessoa, reprimir as expressões da sexualidade significa dificultar o desenvolvimento da criança e adolescente. Quando bem orientado/a o indivíduo estabelece relações positivas e desenvolve uma aquisição crítica de ideias, construindo uma sociedade mais reflexiva, informada e consciente de suas ações. Ressaltando também a importância da existência e efetivação das políticas educacionais, elas regulam e orientam os sistemas de ensino, sendo fundamentais para a garantia de um ensino de qualidade.

Ao término deste trabalho, pode-se observar a grande necessidade em se discutir uma Educação para a Sexualidade no âmbito escolar. Afinal a temática é bastante ampla e complexa, de modo que seus estudos não se esgotam, podendo perceber que a escolha da pesquisa bibliográfica foi indispensável para a aquisição de conhecimentos. E através desses conhecimentos partir para uma pesquisa de caráter mais empírico, buscando o recolhimento de dados relevantes, podendo chegar a novas conclusões por meio de um maior amadurecimento experimental.

8 REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. **Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Estudos Feministas, 2/2001, p 575 - 585. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf>>. Acesso em: 24 de abril de 2016.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente:** disposições constitucionais pertinentes: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. – 6. Ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2006.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. Orientação Sexual. In: _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Brasília, 1998.

CRUZ, Judite Maria Zamith. **Sexualidade e educação.** Ciência, História, Mito e Arte. Braga : Centro de Formação de Associação de Escolas Braga-Sul, 2010. ISBN 978-989-96569-0-1.

CHAUI, Marilna, **Repressão sexual.** Em nossa (des) conhecida. 6. Ed. Editora Brasiliense, 1984.

CURRICULAR, Base Nacional Comum
<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>
Acesso em 13 de junho de 2016.

ECOS – **Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana.** Promover a educação sexual nas escolas. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/623/623.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

FIGUEIRÓ, M.N.D. **Educação sexual:** Problemas de conceituação e terminologias básicas adotadas na produção acadêmico-científica brasileira. Semina: Ci. Sociais/Humanas, v. 17, n. 3, p. 286-293, set. 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber.** 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, v.1, 2009.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). **Educação Sexual:** em busca de mudanças. Londrina, UEL, 2009.

GAMA, Kury. **Minidicionário da língua portuguesa** / supervisão Adriano da Gama Kury; organização Ubiratan Rosa. – 2. Ed. – São Paulo: FTB, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como classificar as pesquisas?** In: _____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 41-58.

GONÇALVES, R. C.; DIONÍZIO, A. F.; RESENDE, I. L. M. **Diálogo acerca da sexualidade entre pais e filhos na concepção dos adolescentes.** UEG em Revista, v. 1, p. 27-49, 2010.

JESUS, Beto de e outros. **Diversidade sexual na escola:** uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. / Beto de Jesus. Ed. Especial, revista e ampliada. – São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008.

LEÔNCIO, Joana. **A orientação sexual nas escolas a partir dos parâmetros curriculares nacionais.** Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2179-9636, Ano 3, número 12, novembro de 2013.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado:** pedagogias da sexualidade. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 83-112.

PINTO, Elizabeth Baptista. **Orientação Sexual na Escola: a importância da C. Psicopedagogia nessa nova realidade.** São Paulo:Gente,1999.

RANGÉ, Bernard. **Psicoterapia Comportamental e Cognitiva:** transtornos psiquiátricos. v. 2 .São Paulo: Livro Pleno, 2001. p. 219-230.

SOUZA, C. P. (org) **História da Educação.** Processos, práticas e saberes. São Paulo: Escrituras, 2002.

SUPLICY M. **Conversando sobre Sexo.** Petrópolis (RJ): Vozes; 1999.

VITIELLO, N. **Sexualidade:** quem educa o educador. Um manual para jovens, pais e educadores. São Paulo: Iglu, 1997.